



SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

*economicidade e eficiência na gestão das ações de capacitação;” “X - submissão à indisponibilidade do interesse público.”*

A responsabilidade pela referida Política é compartilhada, sob a coordenação técnica do ILB, conforme informado no art. 4º também do Anexo IV do RASF (Ato da Comissão Diretora nº 14/2022 e atualizações):

*“Art. 4º O planejamento, o acompanhamento e a avaliação permanentes da capacitação dos servidores, no âmbito do Senado Federal, constituem competências intrínsecas de cada órgão da estrutura administrativa e atribuição indissociável de todos os seus diretores, coordenadores e demais gestores da instituição, sob a coordenação técnica do Instituto Legislativo Brasileiro.*

*Parágrafo único. Para o exercício de suas funções, o Instituto Legislativo Brasileiro contará com o Comitê Científico-Pedagógico e com o Conselho de Supervisão, com atribuições e composição definidas no Regulamento Administrativo, além de outras conferidas pelas demais normas relativas ao funcionamento do ILB.”*

Na consecução da Política de Capacitação dos Servidores do Senado Federal, **o ILB também possui um papel no monitoramento e na verificação da aplicação desses princípios materializados na efetiva participação (patrocinada pela Casa) dos servidores em ações educacionais internas ou externas.** Para este fim, o art. 58 do Anexo IV do RASF (Ato da Comissão Diretora nº 14/2022 e atualizações) confere ao ILB as seguintes competências:

*Art. 58. O Instituto Legislativo Brasileiro e a unidade responsável pela gestão de pessoas do Senado Federal devem desenvolver, conjuntamente, **procedimentos de controle e registro da participação dos servidores em ações de capacitação.***

*Parágrafo único. Em caso de descumprimento injustificado, pelo servidor, dos deveres expressos nos arts. 32, 41, 42 e 52 deste Anexo, o ILB dará ciência à Diretoria-Geral, que poderá deliberar a imediata suspensão dos vencimentos do servidor a ser executada pela unidade responsável pela gestão de pessoas, sem prejuízo das medidas anteriormente previstas.”*

De forma análoga, o caput do **art. 13 do Ato da Diretoria-Geral nº 17, de 2021**, reforça que **“(...) Caberá ao ILB o acompanhamento das ações de capacitação que ultrapassarem 180 (cento e oitenta) dias, podendo estabelecer procedimentos para a necessária prestação de contas e comprovação das ações de capacitação autorizadas aos servidores.”**

Quanto aos casos de afastamento de servidores do Senado Federal para participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*, são estipuladas as seguintes obrigações de prestação de contas, nos termos do Anexo IV do RASF (Ato da Comissão Diretora nº 14/2022 e atualizações), aos beneficiados com o instituto previsto no artigo 96-A da Lei Federal nº 8.112, de 1990:

*“Art. 41. São deveres do servidor, durante o período de afastamento:*

***I - enviar ao Instituto Legislativo Brasileiro relatório de atividades acadêmicas, incluindo eventual produção acadêmica já realizada;***

***II - enviar ao Instituto Legislativo Brasileiro comprovante de frequência ao curso, quando solicitado;***

